



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 35 DE CEILÂNDIA

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO - ESTRATÉGICO

Projeto Político Pedagógico ***CEF 35 de Ceilândia***

(2022-2023)

Ceilândia-DF março de 2023.

Identificação da Instituição

- Endereço: EQNN 1/3 Área Especial – Ceilândia Norte – Brasília – DF
- CEP: 72225-015
- Telefone: 39013748
- E-mails: cef35pedagogico@gmail.com,
cef35@creceilandia.com,
cef35.ceilandia@edu.se.df.gov.br.
- A escola não oferece Educação em tempo integral.

Marcelo Jovenal Fernandes - Matrícula: 66635-1 Diretor

Carlos Henrique Monteiro de Oliveira – Matrícula: 228753-6 Vice-Diretor

Kelly Vieira Jardim – Matrícula: 229494-X Supervisora Pedagógica

Denis de Moura Pereira – Matrícula: 225468-9 Chefe de Secretaria

Eriosvaldo da Silva Barbosa – Matrícula: 207841-4 Coordenador Pedagógico

Joel da Cruz dos Reis – Matrícula: 246404-7 Coordenador Pedagógico

Comissão Organizadora:

Representante	Nome
Equipe Gestora	<ul style="list-style-type: none">• Marcelo Jovenal Fernandes - Diretor;• Carlos Henrique Monteiro de Oliveira - Vice-Diretor;• Kelly Vieira Jardim - Supervisora Pedagógica;• Denis de Moura Pereira - Chefe de Secretaria.
Docentes	<ul style="list-style-type: none">• Aline Nobre Seabra – professora temporária;• Andressa Araújo dos Santos – professora temporária;• Antônio Lucas Alves Oliviera – professor temporário;• Arlinda Siqueira da Silva – professora efetiva;• Cleiton Fontinele Filguera – professor efetivo;• Guilherme Augusto Meirelles - professor efetivo;• Gustavo Ferreira de Paula – professor temporário;• Ione Correa do Amaral – professora efetiva;• Jadson Reis de Souza – professor efetivo;• Karlla Lucyenne Lopes Alves – professora efetiva;• Kassyo Raynce Rodrigues Soares – professor temporário;• Lais Cordeiro Moraes – professora temporária;• Leonard Weberg Oliveira de Faria – professor temporário;• Lorryne Aguiar da Silva Vieira – professora temporária;• Lucas da Mota Farias – professor temporário;• Luiz Cláudio Feitosa Siqueira – professor temporário;

	<ul style="list-style-type: none"> • Maria Silva Matos – professora efetiva; • Mayara Gabrielle Leal Ferreira – professora temporária; • Pedro Gabriel Chaves Caixeta – professor temporário; • Susana Alexandre da Silva – professora temporária; • Thaynara Adriana Aragão Martins – professora temporária; • Thiago Farias das Virgens Ferreira – professor temporário • Vilson Motos da Conceição – professor temporário.
Coordenadores	<ul style="list-style-type: none"> • Eriosvaldo da Silva Barbosa; • Joel da Cruz dos Reis.
Carreira Assistência	<ul style="list-style-type: none"> • Francisca Lucia Alves de Araujo; • Maria da Graça Silva Dias; • Simone da Conceição Marques.
Monitor de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Roniere Vasconcelos Veloso. • Auciléia das Graças de Souza Lima
Comunidade Escolar (Pais)	<ul style="list-style-type: none"> • Os pais e alunos foram convidados a participar da elaboração deste PPP.
Serviços de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Sandra Alves da Cruz Moraes – professora(AEE); • Maria Adelia do N. Filha – professora (AEE); • Dorilene Freitas de Oliveira – professora (AEE–DV); • Edgon Silva Marciel – professor (AEE–DV); • Heraldo Henrique de Carvalho do Anjos – professor (AEE-DV) • Tiago Ribeiro Alves – professor (AEE-DV).

Conselho Escolar:

Membro nato (Diretor): Marcelo Jovenal Fernandes

Segmento Professores: Vacância

Segmento Carreira Assistência: Vacância

Segmento Carreira Assistência (suplente): Francisca Lúcia Alves

Segmento Pais e Responsáveis: Vacância

Segmento Alunos: Vacância

“As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos.”

RubemAlves

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
I – PERFIL INSTITUCIONAL	9
1. MISSÃO	9
2. BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA	9
3. MAPEAMENTO INSTITUCIONAL	9
Contexto Educacional	100
Perfil dos Profissionais da Educação	11
Perfil dos Estudantes e da Comunidade Escolar.....	11
Infraestrutura	12
Atos da Regulação do CEF35	12
Indicadores de Desempenho Escolar	12
II – FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	13
III – CONCEPÇÕES TEÓRICAS/PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	15
IV – OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO	18
1. Redução, no decorrer do ano de 2022, do número de discentes retidos e evadidos, mantendo a taxa de alunos evadidos e reprovados inferior a 10% do total de alunos;.....	18
9. Oferecer educação em tempo integral de forma a atender pelo menos 30% dos alunos matriculados em 2020, e para o ano de 2021 contemplarmos 100% dos alunos.....	19
1. Gestão Pedagógica e Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais.....	19
2. Gestão Participativa e de Pessoas.....	21
3. Gestão Administrativa e Financeira	23
V – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHOPEDAGÓGICODA ESCOLA.....	24
1. Organização escolar: regime, tempos e espaços.....	24
2. Direitos humanos, educação Inclusiva e diversidade	24
3. Projetos Interdisciplinares.....	25
4. Projeto de Transição entre Etapas e Modalidades	29
5. Relação escola-comunidade	29
6. Atuação Articuladados Serviços de Apoio.....	29
7. Orientação Educacional.....	30
8. Sala de Recursos Generalista	46
9. Sala de Recursos Específica (Deficiência Visual).....	46

VI – PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	51
1.Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação	51
Recuperação Continuada.....	52
2.Conselho de Classe.....	52
VII –ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	52
VIII–REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

APRESENTAÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes para a atividade pedagógica deste estabelecimento de ensino. Aqui estão expostos, além de referenciais pedagógicos e operacionais, a nossa concepção de um processo educacional comprometido com a formação integral do educando, bem como o nosso olhar sobre os desafios que devem ser transpostos na busca de uma educação com qualidade.

O PPP do CEF 35 vem sendo construído de maneira coletiva e ininterrupta, de modo a conhecer a comunidade em si e os agentes envolvidos, dos pontos de vista geográfico, social, histórico e cultural, propondo novos caminhos para uma escola compromissada com a formação e exercício da cidadania. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obrigam um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos nesse processo.

Este documento é o resultado de um esforço conjunto de profissionais da educação desta Unidade Escolar, estudantes e pais, que diretamente ou indiretamente contribuíram para situações que fomentaram discussões, propostas e registros de ações a serem desenvolvidas com vistas a alcançar os objetivos coletivamente traçados. As diretrizes delineadas servirão como orientadoras da nossa prática. É esta construção coletiva, de um estilo próprio baseado na reflexão e seriedade, o único caminho possível para a conquista dos objetivos desejados.

Temos consciência de que representa apenas um delineamento de proposta pedagógica e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos. Sabemos que nenhuma proposta pode ser dada como pronta e acabada, portanto, nossa reflexão baseia-se principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão das referências teóricas que nos encaminhem para uma práxis responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade.

Utilizando-nos do momento de reuniões coletivas, tais como conselho de classe participativo, prestação de contas e reuniões de pais e mestres, foi possível estudar a realidade da comunidade, diagnosticar e refletir sobre as ações aqui apresentadas. Com questionários aplicados aos pais, aos estudantes e aos funcionários, pudemos avaliar as reais necessidades e anseios da comunidade escolar, baseando-nos neles para sugerir e apresentar as propostas de temas a serem trabalhados em projetos específicos.

A partir das atividades docentes desenvolvidas e em experiências de sucesso pedagógico, discutimos sobre o papel do professor, a responsabilidade social da escola e, principalmente, sobre o protagonismo estudantil. Sem dúvida essas discussões trouxeram crescimento e aprendizagem, servindo de importante instrumento para a construção da Proposta aqui apresentada.

Além dos recursos já mencionados, esse PPP também se encontra pautada na perspectiva apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9.394/96 – LDB, respeitando as normas e propostas do sistema de ensino do Distrito Federal, dentro dos preceitos da Gestão Democrática e dos Ciclos para as Aprendizagens.

I – PERFIL INSTITUCIONAL

1. MISSÃO

Construir uma educação de qualidade tendo como referência a formação integral e cidadã do indivíduo, favorecendo a autonomia e objetivando a transformação social com sustentabilidade.

2. BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA

O CEF35 está situado na EQNN 01/03 Norte. Foi construída no ano de 1972 e intitulava-se Escola Classe 37. Sua primeira diretora foi a Sra. Elzenir Cavalcante dos Santos, que assumiu a direção aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do referido ano. Neste período, atendia os alunos dos primeiros anos do ensino fundamental (1ª a 4ª séries).

Em primeiro de janeiro de 1977, esta escola passou a designar-se Escola Classe 07 de Ceilândia do Complexo “A”, assumindo a direção a professora Célia Maria Marçal Miranda.

Em primeiro de agosto de 1978, assumiu a direção a professora Maria Ivone de Oliveira, quando a escola passou a chamar-se Escola Classe 07 de Ceilândia do Complexo “C” da FEDF.

Em vinte e oito de março de 1984, o professor José Augusto Pereira de Holanda Neto, assume a direção da então Escola Classe 07 de Ceilândia (EC 07). A EC 07 de Ceilândia sempre atendeu os alunos da primeira etapa do Ensino Fundamental, mas em alguns anos também ofertou as 5ª e 6ª séries dos anos finais.

No dia 11 de abril de 2013, por determinação da portaria nº 89 de 10/04/2013, DODF nº74 de 2013, a escola passou a denominar-se Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia e gradativamente, a atender somente alunos da etapa final do Ensino Fundamental. A partir de 2018, o CEF 35 restringiu-se aos anos finais do Ensino Fundamental.

3. MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

A comunidade atendida por esta unidade de ensino apresenta diversos problemas socioeconômicos, os quais têm contribuído para problemas educacionais observados na escola. Dentre esses destacamos a falta de assistência efetiva dos responsáveis (alguns sequer vêm à escola durante a reunião de pais ou quando solicitado), atribuída ao fato de que muitos trabalham fora e não conseguem dar o devido acompanhamento.

No que diz respeito a índices da escola, ressaltamos que em 2020, assim como todas as unidades de ensino do DF, enfrentaram uma realidade até então nunca vivenciada por essa geração: a pandemia do COVID-19. Como enfrentamento dessa pandemia, toda a sociedade mundial adotou medidas de isolamento social, em diferentes graus de adesão e efetividade, com a suspensão de atividades que promovessem aglomerações e possível dissiminação do Corona Vírus. Nessa realidade, foram adotadas medidas de atendimento remoto aos alunos da rede pública do DF e o CEF 35 de Ceilândia procura se adequar e aprimorar nessa nova modalidade de ensino, objetivando oferecer a melhor condição possível para aprendizagem, dentre elas, a não retenção dos alunos independente do ano, exceto da taxa de reprovação ficou em torno de 4,9% do total de estudantes. Para 2023 esperamos um número menor de retenções, haja vista os projetos, as estratégias e as intervenções pedagógicas traçados para o período.

Salientamos que, no ano de 2017, houve uma alta taxa de alunos com distorção idade/série. Portanto, foi necessário abrir quatro turmas do Programa de Avanço das Aprendizagens Escolares (PAAE). Em 2018 houve uma diminuição dos alunos com distorção idade/série não formando turma de PAAE. Em 2019 e 2020 também não foi necessária a formação desta turma.

Contexto Educacional

A escola atende os anos finais do Ensino Fundamental. Atualmente há 10 turmas no turno matutino, sendo cinco de 6º ano e cinco de 7º ano. No turno vespertino, há quatro turmas de 8º ano e quatro de 9º ano, totalizando 8 turmas e 1 turma de classe especial.

Fica situada na EQNN 01/03, área de grande criminalidade, o que reflete no ambiente escolar. Muitos dos estudantes são agressivos e não respeitam os funcionários e regras da escola. Assim, a fim de minimizar tais conflitos, desenvolvemos o projeto Vozes da Paz, com foco comunicação não violenta, e o projeto Gentileza, com foco no desenvolvimento de valores. Grande parte das famílias não possui casa própria na região e fica em constante mudança de endereço, o que leva a uma alta rotatividade de alunos (muitos não ficam na escola pelos quatro anos finais).

Perfil dos Profissionais da Educação

O CEF 35 conta com:

- 18 professores com jornada de 40 horas semanais em regência de classe;
- 05 professores com jornada de 20 horas semanais em regência de classe;
- 01 diretor, 01 vice-diretor, 01 supervisor, 01 chefe de secretaria com jornada de 40 horas semanais;
- 02 coordenadores pedagógicos, com jornada de 40 horas semanais;
- 02 professores do AEE Generalista e 04 professores AEE DV;
- 07 agentes de conservação e limpeza terceirizados;
- 01 auxiliar de serviços gerais readaptado;
- 01 auxiliar de copa e cozinha readaptado;
- 01 técnico de gestão escolar readaptado;
- 02 monitores;
- 04 agentes de vigilância terceirizados; e
- 02 merendeiras terceirizadas com carga horária de 40 horas semanais;

Sabemos que a escola não desenvolve com qualidade nenhum trabalho sem um bom entrosamento entre professores, direção, pais, estudantes, auxiliares e demais funcionários, por isso visamos a ação em conjunto, fazendo desta uma ferramenta importante na melhoria do ensino, a qual amplia a participação da coletividade, dando relevância à equipe, que precisa estar coesa.

Perfil dos Estudantes e da Comunidade Escolar

A comunidade atendida, em geral, apresenta problemas como risco social, falta de esclarecimento sobre o sistema e a estrutura de ensino, pouca participação nos projetos e atividades da escola, É comum alunos com necessidades afetivas, as quais influenciam diretamente na aprendizagem e motivação. Percebe-se ainda que a maioria das famílias têm dificuldades em lidar com problemas relacionados às diversas necessidades das crianças e adolescentes, muitas vezes, recorrendo ao apoio da escola para resolver questões de comportamento e desenvolvimento dos filhos. Muitos desses responsáveis assumem ser pouco participativos na vida escolar dos filhos por falta de tempo.

Infraestrutura

É uma escola de grande porte com aproximadamente de 51 funcionários, 15 salas de aula, uma sala de vídeo, uma biblioteca, um laboratório de informática, duas salas para equipe de atendimento pedagógico (AEE e SEAA), uma sala de atendimento aos alunos DV, uma sala dos professores, uma sala de coordenação, uma sala de orientação educacional, uma sala de servidores, uma secretaria, uma sala de direção, uma cantina, um pátio descoberto, uma sala de mecanografia, dois banheiros para alunos, dois banheiros para funcionários, dois depósitos, um pátio coberto onde ficam os bebedouros, mesas e bancos para as refeições, uma quadra de esportes coberta, um espaço para recreação, e estacionamento interno pavimentado e guarita para os agentes de vigilância.

A escola apresenta falta de mobiliário adequado para atender confortavelmente alunos, professores e funcionários. As mesas e cadeiras das salas de aula são suficientes, porém, algumas apresentam avarias. Falta um auditório, espaço ideal para apresentações e reuniões.

Atos da Regulação do CEF35

Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia

RA IX - Ceilândia

Endereço: EQNN 1/3 Área Especial S/N

Bairro: Ceilândia Norte

Município: Brasília

Estado: Distrito Federal

CEP: 72.225-015

Telefone: (61) 3901-3748

E-mail: cef35.ceilandia@edu.se.df.gov.br

Coordenação: cef35ceilandia@gmail.com

Pedagógico: cef35pedagogico@gmail.com

Localização/Zona: Urbana/periferia de Brasília

Modalidade atual: anos finais – 11 de abril de 2013, por determinação da portaria nº 89 de 10/04/2013, DODF nº74 de 2013

Portaria de autorização/credenciamento (INEP): Nº 53007689

Diretor: Marcelo Jovenal Fernandes - Matrícula: 66635-1

Vice-Diretor: Carlos Henrique Monteiro de Oliveira – Matrícula: 228753-6 5

Indicadores de Desempenho Escolar

a) Indicadores Internos

	2016		2017		2018	
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	%	Quantidade	%
Aprovação	625	88,02%	615	80,92%	546	91,9%
Reprovação	75	2,11%	135	17,77%	35	5,8%
Abandono	10	1,4%	10	1,31%	13	2,2%
Total	710		760		594	

	2019		2020		2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Aprovação	509	92,88	476	93,7%	509	92,88%
Reprovação	27	4,92	32	6,3%	27	4,9%
Abandono	12	2,18	0	0%	12	2,1%
Total	548		508		548	

	2022	
	Quantidade	%
Aprovação	350	80,45%
Reprovação	85	19,55%
Abandono	0	0%
Total	435	

b) Indicadores Externos

De acordo como site do IDEB, a escola apresentou os seguintes rendimentos:

Taxa de Aprovação					
Ano	6º	7º	8º	9º	Pi
2015	73,4	75,6	92,5	92,3	0,82

Prova Brasil				
Matemática		Língua Portuguesa		
Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	i
250,2	5,0	255,7	5,2	,10

Alcançamos média de 4,2 no IDEB em 2015, ficando igual ou acima da meta. Em 2017 não foi possível mensurar nossa nota por não ter a porcentagem mínima de alunos realizando a avaliação. Em 2019 e 2021 não foram divulgados os índices de indicadores externos.

II – FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Uma das mais importantes finalidades da escola é a formação de cidadãos. Nesse sentido, vê-se que escola e família têm objetivos comuns em relação à educação. Elas atuam em conjunto para ajudar os estudantes a se tornarem cidadãos críticos, éticos, profissionalmente competentes e entendedores da pluralidade social na qual estão inseridos. Cada uma dessas instituições reforça as aprendizagens significativas, que surgem das experiências e das responsabilidades que lhes são intrínsecas. Tanto a Constituição Federal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB estabelecem que

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art. 2º)

O cidadão pleno é aquele que consegue exercer, de forma integral, os direitos inerentes à sua condição. A cidadania plena passa a ser, desse modo, um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais.

Assim, nosso maior desafio vem sendo promover a integração entre a escola e a comunidade

por meio de projetos específicos, que garantam a participação efetiva desta no cotidiano escolar. Essa integração contribui só para a solidificação de um trabalho coletivo entre a escola e a comunidade, mas também expande o entendimento de auto responsabilidade dos atores do processo de formação individual e colabora para o amplo exercício da cidadania.

Temos uma comunidade com problemas socioeconômicos e, conforme já exposto, alguns de nossos alunos não são efetivamente assistidos por seus responsáveis, gerando assim problemas de autoestima, evidenciados pela falta de sonhos e perspectivas futuras. Verifica-se também o processo de personalização e competitividade, o qual também está inserido nas famílias, fazendo com que as aspirações e realizações individuais estejam fortemente vinculadas ao consumismo, ao “ter”. Isso causa grande frustração na maioria dos adolescentes atendidos. A necessidade de afirmação social por meio do consumo predatório é uma das grandes preocupações dessa Unidade de Ensino. Buscamos, então, uma reflexão-ação que articule todas as áreas e aspectos da vida, as múltiplas dimensões do próprio ser, numa tentativa de mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje.

Na perspectiva de compreensão do homem como multidimensional, a educação deve ponderar uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano.

{...}A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria primada constituição da vida pessoal e social(GUARA,2006,P.16)

A educação que ofertamos busca articular parcerias entre a escola, comunidade, movimentos sociais e artísticos, comércio local, associações, clubes e o poder público para a construção de um projeto o qual tenha como referência a justiça social. Entende-se a importância da participação de todos esses setores e agentes na constituição da integralidade do sujeito, partindo de sua realidade, conectando saberes e interferindo de forma crítica e racional na transformação da própria realidade.

A educação é uma prática social, que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania. A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade, é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição vê-se como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la. (Currículo em Movimento: Pressupostos

Teóricos, SEEDF, 2014, p.10).

A escola é o lugar de encontros de pessoas, origens, crenças e valores diferentes, o que implica acolher e reconhecer as singularidades dos indivíduos. Desse modo, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, buscamos nos fortalecer nas práticas de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças, assumindo uma visão integral, plural e singular dos indivíduos. Mais do que ofertar aos sujeitos a possibilidade de apropriar-se do conhecimento historicamente produzido, promovemos o desenvolvimento de competências as quais possibilitem aos indivíduos compreender e acolher a diversidade e atuar sobre sua realidade.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser pro ativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2018, p.14)

Coerente com os fundamentos da Psicologia Histórico-cultural de Vygostky e Pedagogia Histórico-crítica, o homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói em interação com o meio social e natural o qual o cerca. Sendo assim, a escola e todos os seus atores são convocados a juntos, pensar e fazer educação por meio da imersão constante na vida diária e seus acontecimentos, considerando a não-neutralidade que caracteriza nossa atuação nas diferentes situações as quais envolvem a existência humana.

III – CONCEPÇÕES TEÓRICAS/PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, põe em questão a construção do Plano de Trabalho de Gestão, no sentido de reconhecer a capacidade da escola de planejar e organizar sua ação política e pedagógica a partir da gestão participativa em todos os segmentos da comunidade escolar (corpo técnico-administrativo, docentes, alunos, pais e comunidade), num processo dinâmico e articulado. BRITO (1997) se refere a essa questão dizendo que: a elaboração do plano de gestão não deve ser visto apenas como um instrumento burocrático para satisfazer uma

exigência legal, mas também visa dar um novo significado à vida e à atuação da escola, na medida em que essa construção se dá com base da necessidade de estruturar propostas que norteiem as práticas educacionais.

A Proposta Pedagógica deverá emergir do todo, dentro de uma visão contextualizada do processo educativo sustentado teoricamente, fundamentando a prática docente.

Com a introdução do terceiro ciclo para as aprendizagens, a escola reforça sua base teórico-metodológica sustentada na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórica-Crítica. A partir delas, o homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói e na interação com o meio social e natural que o cerca.

Construímos uma Proposta Pedagógica na qual o currículo, em primeiro lugar, não esteja separado da totalidade do social, mas que se encontre historicamente situado e culturalmente denominado. A escola é o espaço destinado à socialização do saber sistematizado, saber que tem caráter permanente e que resiste ao tempo.

Os princípios que nortearão nossa escola serão: qualidade da educação; atendimento à diversidade; gestão compartilhada; autonomia; valorização profissional e promoção da paz.

Além desses princípios que são básicos, somam-se a eles outros como: sensibilidade, respeito, ética, criticidade, flexibilidade do currículo, interação, unicidade entre teoria-prática, interdisciplinaridade e contextualização e solidariedade. Defende-se um currículo integrado, pautado na integração das diferentes áreas do conhecimento e experiências, com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade.

Os estudantes constituem-se a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética. Por isso, a educação integral perpassa todas as etapas e modalidades da educação básica, valorizando o diálogo entre os saberes formais e os saberes socialmente construídos para que juntos adquiram sentido e sirvam como agentes de mudança do ser e da sociedade em que eles estão inseridos.

Entendemos que a escola assim estruturada respeitará as fases de desenvolvimento da infância e da pré-adolescência.

Um dos conteúdos culturais que precisa ser apropriado pelas novas gerações, por meio do processo educativo, é o “querer aprender”. A escola não pode renunciar à tarefa de levar o educando a isso. Ensinar a geração Z, cujos interesses voltam-se para o imediatismo e o acesso à internet, é um dos grandes desafios que enfrentamos hoje. A falta de acompanhamento da família neste contexto corrobora para estarealidade.

Destacamos a importância da participação da comunidade na escola, pois dificilmente conseguiremos alguma mudança sem o apoio dos pais e/ou responsáveis. Fazer dos estudantes

sujeitos da aprendizagem e trazer a comunidade para a escola é respeitar o direito de cidadão do educando.

Pensar na qualidade da educação traz a necessidade de considerar as condições objetivas para que isso se dê: verbas suficientes, instalações adequadas, materiais e estruturas de trabalho, além da formação e instrumentalização do professor. É preciso lembrar-se também das condições subjetivas: o entendimento de que todas as pessoas podem aprender e têm direito à educação; de que a avaliação é um instrumento para o professor rever sua prática; além do entendimento de que o estudante é sujeito da educação.

O grande orientador do trabalho da escola é a sua Proposta Pedagógica, que define as linhas da atuação, os objetivos e as metas que se pretendem alcançar no decorrer do ano letivo.

Os planejamentos, planos de curso e de ação dos profissionais de educação são também importantes para a obtenção de qualidade no trabalho escolar, uma vez que representam o cerne da sua atuação. Nestes se encontram os objetivos que se pretendem alcançar; os conteúdos propostos para isso; quais atividades devem ser desenvolvidas; quais metodologias adotar; e como se dará a avaliação. Dessa maneira, faremos uma efetiva reflexão sobre a totalidade de nossa atuação pedagógica, a fim de que os estudantes se apropriem efetivamente do conhecimento e se desenvolvam plenamente.

A legislação e todas as medidas implantadas, porém, não surtirão efeitos em uma formação continuada do professor, seu compromisso com a aprendizagem efetivados estudantes e sua predisposição para a mudança.

Melhorar a qualidade da educação implica melhorar os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem nas salas de aula; introduzir mudanças não somente naquilo que é ensinado e aprendido, mas também na forma como se ensina e como se aprende.

Precisamos ainda trabalhar as relações dentro da escola, dessa com a comunidade e de ambas com todo o sistema de educação. Esse trabalho deve ocorrer no sentido de aprimorar a gestão, levando-a a decisões que representem escolhas democráticas; de praticar a autonomia responsável; e de investir esforços para a inclusão de todos, como forma de atendimento dos direitos de todos os cidadãos e de efetiva contribuição para a sua formação.

Com a inclusão do terceiro ciclo para as aprendizagens, ressalta-se a avaliação voltada para o ensino-aprendizagem cuja finalidade reside em auxiliar, ao invés de punir ou coletar dados. O compromisso é com o processo e não somente com o resultado. Ademais, a avaliação formativa demanda acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes, sendo realizada permanentemente.

Há, portanto, toda uma dinâmica de mudanças necessárias no sentido de conseguir a

qualidade do processo ensino-aprendizagem: formação dos profissionais da educação, materiais didáticos e curriculares bons equipamentos e instalações adequadas. Visamos aprimorar a organização escolar por meio de avaliações periódicas feitas em todos os setores, inclusive nos serviços de apoio, garantindo a flexibilidade na unidade escolar em suas escolhas.

Nosso trabalho é fundamentado na concepção de que o espaço das coordenações pedagógicas é fundamental para o planejamento, aquisição de novos conhecimentos e construção coletiva. Seguindo as orientações da Lei nº 5.105/2013, a escola compreende a necessidade de um tempo específico para o planejamento das atividades docentes, bem como a constante capacitação do professor, inserido numa realidade dinâmica de conhecimentos diversos.

IV – OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

OBJETIVOS GERAIS:

✓ Desenvolver meios para que os educandos tenham ensino de qualidade, proporcionando instrumentos alternativos com o intuito de sanar eventuais dificuldades no processo ensino-aprendizagem;

✓ Promover momentos de convivência que busquem a integração e o alcance do equilíbrio entre todos os alunos e demais segmentos desta unidade de ensino;

METAS:

1. Redução, no decorrer do ano de 2023, do número de discentes retidos e evadidos, mantendo a taxa de alunos evadidos e reprovados inferior a 10% do total de alunos;

2. Elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem, propondo atividades a serem realizadas durante todo o ano letivo, inclusive intervenções pedagógicas noturno contrário quando necessário;

3. Unificar o trabalho dos professores do mesmo ano/etapa. Tal posicionamento terá início na Semana Pedagógica prosseguindo nas reuniões coletivas semanais;

4. Realizar confraternizações que envolvam todos os funcionários no início, meio e fim do ano letivo, dando condição para uma convivência fraterna e de respeito mútuo no espaço escolar;

5. Incentivar o respeito ao "próximo", em seus bens materiais e morais, despertando na criança diariamente valores que os tornem cidadãos plenos, através dos projetos da escola;

6. Buscar parcerias com a iniciativa privada, o comércio local e outras entidades sempre que necessário;

7. Criar formulário de avaliação da instituição a ser respondido nas reuniões bimestrais por pais e/ou responsáveis e funcionários da escola, levando em conta os aspectos sociais, pedagógicos e de organização da escola. Meta para 2023;

8. Dar suporte para os alunos desenvolverem atividades em “intervalos dirigidos”;

9. Oferecer educação em tempo integral de forma a atender 100% dos alunos para o ano de 2024.

1. Gestão Pedagógica e Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais

OBJETIVOS:

- Desenvolver o trabalho pedagógico de maneira coletiva, planejada, sistematizada e voltada às necessidades do educando;
- Melhorar o desempenho da escola nas avaliações externas e internas;
- Criar condições para que todos os estudantes desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a vida em sociedade, atendendo as demandas do ensino;
- Estimular novas estratégias para melhorar a qualidade do ensino, motivando e efetivando a permanência do aluno na escola, evitando a evasão escolar;
- Vivenciar momentos culturais, de esporte e de lazer;
- Construir e fortalecer a autoestima dos estudantes;
- Realizar atividades diferenciadas para a Semana do Estudante, em agosto;
- Promover a integração dos diversos segmentos da comunidade escolar, ratificando a necessidade do trabalho coletivo;
- Promover a inclusão dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (ENEE), encaminhando para atendimentos que se façam necessários;
- Promover os jogos interclasses, como meio de interação e incentivo à prática desportiva;
- Elaborar Planos de Ensino do 3º Ciclo para as aprendizagens de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola, enfatizando o previsto na LDB9.394/96, Base Nacional Curricular Comum e orientações d Currículo em Movimento;

- Estimular a leitura de obras literárias, gibis, jornais e outros materiais impressos por meio de atividades prazerosas e diversificadas promovendo o gosto pela leitura e envolvendo alunos, direção, funcionários e comunidade;
- Desenvolver hábitos de relacionamento com a natureza, trabalhando a sustentabilidade;
- Incentivar a participação dos alunos de 9º ano na formatura;
- Trabalhar na criação de condições para que haja um processo de ensino/aprendizagem adequado à realidade do educando, atuando junto aos Conselhos de Classe, detectando problemas e auxiliando em possíveis soluções;
- Buscar atingir melhores índices de rendimento, frequência e proficiência dos estudantes;
- Planejar com antecedência todos os dias temáticos previstos para o ano letivo.

ESTRATÉGIAS:

- Realização de reuniões pedagógicas voltadas para a troca de experiências e informações, nas quais os docentes possam aproveitar a teoria, aplicando-a na prática;
- Promover reflexões, junto ao corpo docente, sobre a importância da avaliação como parâmetro para rever sua prática pedagógica;
- Atendimento aos discentes, por meio do Projeto Interventivo visando à superação das dificuldades pedagógicas;
- Planejar atividades lúdicas, com jogos e brincadeiras, para incentivar a integração e socialização dos alunos;
- Organizar excursões diversas, com objetivos educacionais e recreativos;
- Desenvolver o projeto Vozes da Paz, do programa Justiça Comunitária do TJDF, para minimizar os casos de violência escolar, com a participação de todos os segmentos da escola;
- Desenvolver a Semana de Educação para a Vida, com atividades que envolvam toda a comunidade escolar e reforcem a cultura de paz;
- Implantar o uso sistemático do Laboratório de Informática – PROINFO como instrumento pedagógico de apoio à aprendizagem;

- Implementar o Projeto de leitura, com uso da biblioteca e outros espaços para seu desenvolvimento;
- Desenvolver o Interclasses, fazendo com que o esporte seja uma ferramenta agregadora no desenvolvimento global dos educandos;
- Avaliar e controlar a qualidade do ensino-aprendizagem por meio das avaliações diagnósticas, *Avaliações em Destaque*, entre outros instrumentos;
- Realizar momentos de exposição dos trabalhos dos estudantes para toda a comunidade;
- Acompanhar a frequência dos estudantes, buscando identificar os faltosos e/ou ausentes, recorrendo à família e/ou ao Conselho Tutelar em casos de evasão, além da busca ativa contínua;
- Acompanhamento do rendimento dos estudantes, com a participação da direção e toda equipe pedagógica nos Conselhos de Classe Participativos;
- Incentivar o uso das tecnologias (data show, vídeo e TV, laboratório de informática);
- Desenvolver projetos pedagógicos, esportivos e culturais como ferramenta auxiliadora no aprendizado e na formação integral dos cidadãos;
- Realizar ações que ajudem os alunos a participarem das festas culturais da unidade escolar;
- Promover a formação continuada dos docentes e discentes com foco no uso das tecnologias como ferramentas no processo ensino-aprendizagem;

O desenvolvimento das ações e a efetividade dos objetivos serão avaliados por meio de reflexão sobre o fazer pedagógico e de promoção de debates nas reuniões coletivas.

Para o ano de 2023, resolvemos organizar nossas coordenações para que tenhamos maior êxito na parte pedagógica tendo em vista a nova modalidade em ciclo, adotada para as escolas públicas do DF. Ressaltamos que a integração com a Sala de Recurso faz parte desse processo, sendo feita a ligação entre esse setor e o grupo de professores através das reuniões coletivas e do trabalho constante da Supervisão pedagógica e da Direção escolar.

2. Gestão Participativa e de Pessoas

OBJETIVOS:

- Envolver toda a comunidade escolar na estruturação de projetos e ações, conscientizando sobre a importância do compromisso de professores, funcionários,

responsáveis e estudantes para o sucesso da Proposta Pedagógica;

- Incentivar a comunidade escolar ao trabalho voluntário, desenvolvendo a prática da cidadania e da solidariedade;
- Contribuir para o processo de participação social e política, assim com o exercício de direito e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia a dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças e à discriminação racial, respeitando ao outro e a si mesmo;
- Buscar a integração de toda a escola com gincanas que promovam a melhoria das relações sociais e com passeios recreativos;
- Promover encontros bimestrais com pais e/ou responsáveis a fim de sensibilizá-los para uma participação mais ativa dentro da escola. No início do ano letivo faz-se uma reunião para apresentação dos funcionários da escola e suas regras;
- Produzir atividades culturais como o Festival Cultural, que se realizará em setembro.

METAS:

- Fornecer meios para o entrosamento entre a escola e a comunidade por meio de reuniões, atividades comemorativas e dias letivos temáticos;
- Promover a integração dos profissionais da escola;
- Incentivar o desenvolvimento profissional contínuo;
- Esclarecer os direitos e deveres de cada segmento;
- Manter contato direto e transparente com a comunidade, construindo um relacionamento harmonioso de forma que os pais e/ou responsáveis percebam a importância de sua participação para a concretização de uma escola de qualidade;
- Reconhecer e valorizar o trabalho escolar.

ESTRATÉGIAS:

- Capacitação profissional dos docentes por meio de palestras, formações da EAPE, Coordenação Pedagógica Propositiva, Virada Pedagógica, estudo do currículo em movimento, troca de experiências, além de estimulá-los a buscar novos conhecimentos;
- Organizar eventos culturais, com a participação de toda comunidade escolar, objetivando o maior envolvimento com os projetos;
- Conscientizar sobre a importância do trabalho em equipe para alcance de um funcionamento harmônico da escola, estimulando uma relação de igualdade, respeito e

consideração mútua;

- Realizar nas reuniões coletivas exposição dos problemas enfrentados pelos membros da equipe escolar no intuito de encontrar soluções e sanar as dificuldades;
- Organizar oficinas de aprendizagem e aperfeiçoamento com os professores durante as coordenações pedagógicas.

O conselho escolar é atuante, todas as decisões são tomadas com a presença de todos os segmentos da Comunidade Escolar. Nesse mesmo conselho, é assegurada a representação dos estudantes. A comunicação entre direção, professores e escola tem se mostrado satisfatória, principalmente com a utilização de recursos eletrônicos tais como: email, Instagram e WhatsApp.

3. Gestão Administrativa e Financeira

OBJETIVOS:

- Compartilhar a gestão de recursos para assegurar sua melhor aplicação;
- Melhorar a estrutura física da escola com o objetivo de proporcionar um ambiente mais atrativo aos membros da comunidade escolar;
- Ampliar a oferta de recursos materiais para uso pedagógico;
- Registrar e controlar bens patrimoniais, além da aquisição, conservação e uso apropriado de materiais e gêneros alimentícios;
- Proporcionar apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa no que diz respeito à vigilância e atendimento de alunos, à limpeza, à manutenção e conservação das áreas internas e externas do prédio escolar;
- Zelar pela manutenção e conservação de mobiliário, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
- Gerir os recursos financeiros da escola quando do repasse das verbas, de acordo com a legislação vigente;

METAS:

- Ampliar as rampas de acesso à quadra;
- Melhorar a conservação dos jardins;
- Adquirir novos bebedouros;
- Adquirir nova caixa amplificadora e microfones.

ESTRATÉGIAS:

- Administrar as verbas recebidas com a participação do Conselho Escolar, de professores, pais e funcionários, de forma a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública de qualidade;
- Convocar reuniões periódicas para apresentação de recursos disponíveis e discussão das necessidades mais urgentes dentro das limitações do uso de determinadas verbas;
- Promover reuniões periódicas como Conselho Escolare Caixa Escolar;
- Pleitear junto à Regional de Ensino as obras de revitalização da e quadra;
- Usar verbas disponíveis para a aquisição de jogos diversos;
- Fazer a compra de nova aparelhagem de som.

Os recursos públicos são oriundos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) do Governo Federal e pelo PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira), esses são executados e fiscalizados pelos membros do caixa escolar, que é composto por servidores, professores e pais 47 de alunos da Instituição. Já a escolha de como será aplicado, passa pelo conselho escolar.

Essa gestão busca parceria com deputados distritais no sentido de emendas para investir na escola, seja na parte estrutural ou na de aprendizagem.

A gestão também é responsável por assegurar a prestação de contas, dentre outras obrigações, à Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia (CREC). A atual gestão é composta pelo diretor Marcelo Jovenal Fernandes e pelo vice-diretor Carlos Henrique, na supervisão pedagógica por Kelly Vieira e como secretário escolar Denis.

V – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

1. Organização escolar: regime, tempos e espaços

O trabalho pedagógico desenvolvido nesta Unidade Escolar organiza-se pelo 3º ciclo para as aprendizagens, compreendendo os anos finais do Ensino Fundamental. O 3º ciclo divide-se em dois blocos, os quais compreendem respectivamente os 6^{os} e 7^{os} anos no primeiro bloco, 8^{os} e 9^{os} anos no segundo.

Estruturar a escola em ciclos requer que o ensino seja entendido em função das aprendizagens. A preocupação com o ensino e a compreensão do modo como o estudante aprende favorecem o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que vise garantir aprendizagens dos educandos.

Neste sentido, a Sala de Recursos Generalista, a Sala de Recursos – Deficiência Visual atuam diretamente com professores e alunos. Seus trabalhos assentam-se na possibilidade de ser e correr pedagogias diversificadas a fim de contemplar os múltiplos modos de aprender, tendo como base os preceitos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, realizando adequações curriculares, orientando, discutindo ações voltadas para a inclusão e buscando conscientização de pais e professores sobre a necessidade de contínua formação e reflexão a respeito das diferentes necessidades educacionais dos estudantes.

Dentro do espaço/ambiente escolar, presencial, remoto ou híbrido, é primordial estimular habilidades corporal e cognitiva dos alunos, por meio de atividades relacionadas à exploração dos movimentos do corpo, intencionalidade destes e interação social entre os educandos.

O momento da coordenação pedagógica é utilizado para conhecer, manusear e planejar atividades diferenciadas e inovadoras, reconhecendo a necessidade de utilização das novas tecnologias visando à aprendizagem real e lúdica dos nossos alunos.

2. Direitos humanos, educação Inclusiva e diversidade.

Cada estudante independentemente de sua etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação, tem direito a uma formação integral, ao acesso e à permanência na unidade escolar e a uma aprendizagem significativa.

Regimento interno

Para funcionamento pedagógico e administrativo da nossa escola apresentamos esse regimento com algumas orientações necessárias que garantem um ambiente no qual primamos pela formação de valores éticos e humanos positivos. Acreditamos que o respeito deve ser guia das boas relações entre família e escola.

DIREÇÃO

A direção é um órgão técnico responsável pelo planejamento, coordenação e controle das diretrizes pedagógicas e administrativas da escola.

Diretor: Marcelo Jovenal Fernandes

Vice Diretor: Carlos Henrique Monteiro de Oliveira Estevam

SUPERVISÃO

Cabe o(a) supervisor(a) assistir ao Diretor e ao Vice-Diretor em assuntos pedagógico-administrativos; coordenar o planejamento das atividades pedagógicas e dar andamento às rotinas administrativas da instituição.

Supervisor(a): Kelly Vieira Jardim

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A supervisão e a coordenação pedagógica têm por atribuição acompanhar e auxiliar o grupo de professores no planejamento das atividades pedagógicas de modo a implementar, acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico da instituição educacional.

Coordenadores: Eriosvaldo da Silva Barbosa,

Joel da Cruz dos Reis

SALA DE RECURSOS

A sala de recursos atende alunos com deficiência de aprendizagem com a finalidade de apoiar no processo de aquisição dos conhecimentos trabalhados pelos professores regentes.

Os profissionais orientam, supervisionam e desenvolve um trabalho adequado a necessidade dos alunos e dos pais.

Professor(a) de Humanas: Sandra Alves da Cruz Moraes

Professor(a) de Exatas: Maria Adélia do Nascimento Filha

SECRETARIA

À Secretaria Escolar, compete o planejamento e a execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de expediente e de atendimento a alunos, a professores e aos pais em serviços técnico-administrativos, especialmente, referentes à vida escolar dos alunos.

Horário de atendimento: matutino: **08:00 às 12:00** e vespertino: **14:00 às 17:00**

Chefe de Secretaria: Denis de Moura Pereira

REGIMENTO DISCIPLINAR

Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal: artigo 41 – o aluno pela inobservância das normas contidas neste regimento, conforme a gravidade e/ou reincidência das faltas, estará sujeito às seguintes sanções:

- I – advertência oral;

- II – advertência escrita;
- III – suspensão, com tarefas extraescolares, por no máximo 03 (três) dias letivos e/ou com atividades alternativas na escola;
- IV – transferência por comprovada inadaptação ao Regimento Escolar, mediante deliberação do Conselho Escolar do Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia – CECEF35CEI.

HORÁRIO DAS AULAS

- **ENSINO FUNDAMENTAL: 6º ao 9º anos**

Matutino: 07:20 às 12:20

Vespertino: 13:00 às 18:00

Tolerância: 5 minutos

NORMAS ESCOLARES

- Não será permitida a entrada dos pais e/ou responsáveis na entrada e saída dos turnos na escola, exceto em casos excepcionais e autorizados pela Direção. Os pais deverão retirar a crianças/ adolescentes no portão junto à portaria para evitar a entrada de pessoas estranhas no ambiente escolar, proporcionando, assim, maior segurança a todos.
- Após o término das atividades escolares os pais e/ou responsáveis terão a tolerância de 15 (quinze) minutos para retirada das crianças/adolescentes na escola. Caso ocorra o atraso o pai e/ou responsável assinará um termo de compromisso, que será arquivado junto aos registros de ocorrências escolares. Após a terceira incidência de negligência quanto ao cumprimento do horário do aluno, constatando constrangimento à criança ou adolescente, o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar, à Promotoria da Criança e do Adolescente e à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA
- Liberação antecipada dos alunos: quando for necessária, a saída antecipada da criança da escola, o pai e/ou responsável deverá em primeiro lugar se dirigir à Direção para solicitar uma autorização. Depois de autorizada, a criança será liberada.
- O uso do uniforme escolar é amparado por lei e adotado em todas as escolas públicas do Distrito Federal. Portanto, **seu uso é obrigatório por questão de segurança**, facilitando a identificação do aluno dentro e fora da escola, **especialmente no uso do Transporte Escolar Cedido pela Secretaria de Estado de Educação do DF. FICA PROIBIDO O USO DE QUALQUER TIPO DE VESTIMENTA, MASCULINA OU FEMININA, QUE SE CARACTERIZE POR SER CHAMATIVA, PROVOCATIVA, DECOTADA, JUSTA OU CURTA.**
- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (**Lei Federal nº 8.069/90**), os pais e/ou responsáveis devem verificar as atividades escolares realizadas pelas crianças, bem como ajudá-la

em caso de dúvidas, cabendo ainda aos mesmos a responsabilidade pela assiduidade, a higiene e freqüência do aluno.

- O aluno que ultrapassar 50 (cinquenta) faltas será reprovado automaticamente, exceto os que tiverem faltas justificadas por atestados médicos. Nos casos de faltas sem justificativas, a Escola tomará as seguintes providências:

- 5 (cinco) faltas consecutivas ou 20 (vinte) alternadas e acumulativas: Convocação dos pais e/ou responsáveis à Direção;
- 35 (trinta e cinco) faltas, consecutivas ou alternadas: Encaminhamento do caso ao Conselho Tutelar e à Procuradoria da Infância, Adolescência e Juventude.
- Todo(a) estudante tem o direito ao atendimento pedagógico em seu horário regular e/ou acompanhamento especial por parte do corpo gestor e docente da escola, visando seu sucesso escolar.
- É obrigação do pai e/ou responsável acompanhar a freqüência da criança ao Serviço de Orientação Educacional, sempre que for necessário.
- Qualquer assunto que o pai e/ou responsável necessitar tratar com o professor de seu filho **deverá ser tratado em horário contrário da aula, (horário de coordenação do professor)** para evitar prejuízos à aprendizagem dos demais alunos.
- É obrigação dos pais e/ou responsáveis comparecer a escola nas **reuniões bimestrais de pais e mestres ou sempre que for solicitado.**
- É de inteira obrigação do pai e/ou responsável manter atualizado o endereço e telefones para contatos. A escola não se responsabilizará pela **não comunicação com os responsáveis na ocorrência de acidentes ou imprevistos, caso estes dados não estejam atualizados no documento do aluno.**
- Fica sob a responsabilidade dos pais e/ou responsáveis o acompanhamento e orientação sobre o controle dos materiais individuais dos filhos. Cabe ao estudante o cuidado dos mesmos em sala de aula para evitar que sejam extraviados. A escola não pagará por objetos e materiais que desapareçam por descuido ou falta de zelo do aluno.
- Não será permitido o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula como celulares, MP3, MP4 e outros. É de total responsabilidade dos pais a guarda desses objetos. Fica, também a Escola isenta de responsabilidade contra danos a estes aparelhos nos espaços escolares **(Lei nº 4.131, de 02 de maio de 2008)**
- É proibido riscar ou pichar paredes, portas e carteiras em qualquer dependência da escola. Sujeito a penalidades previstas **no artigo 65 da Lei 9605/98.** Qualquer dano ao patrimônio público (carteiras, cadeiras, mesas e outros) caracteriza crime **(artigo 163 do código penal).** Portanto, é dever do estudante zelar pelos bens pertencentes à escola. **Caberá aos pais e/ou responsáveis**

restaurar, repor ou indenizar qualquer dano causado pelos seus filhos ao patrimônio escolar ou de terceiros.

- A criança ou adolescente que estiver doente deverá ser encaminhada ao hospital, a fim de ser tratada. É de responsabilidade do pai e/ou responsável zelar e cuidar da sua saúde e integridade. **A escola não poderá ministrar qualquer tipo de medicamento.**

- Os pais e/ou responsáveis tem o direito de ter acesso a quaisquer informações pertinentes ao progresso pedagógico de seus filhos, bem como os relacionados à segurança, disciplina, serviços, entre outros, excetos aquelas informações protegidas por sigilo profissional ou ético.

- Os pais e/ou responsáveis tem o direito de serem recebidos e ouvidos pelos membros da Escola, e de receberem a devida atenção aos seus casos, garantida o direito de defesa aos envolvidos.

Os estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 8º anos) que não atigerem o rendimento necessário (nota média) para sua aprovação, terá direito a:

- Recuperação final, se estiver nesse processo no máximo em três (03) matérias;
- Dependência Escolar, **se após recuperação final**, tiver reprovado em, no máximo duas (02) matérias;

- **Observação: alunos em recuperação final em quatro ou mais matérias tem sua reprovação automática.**

- **O aluno que não comparecer para realizar a prova de recuperação final será automaticamente reprovado.**

- Qualquer membro da Comunidade Escolar (Pais, responsáveis, alunos, funcionários e colaboradores) tem o direito a registrar qualquer reclamação por escrito no livro destinado a este fim, e receber a resposta aos seus questionamentos.

- Os casos omissos serão tratados diretamente pela Direção da Instituição de Ensino juntamente com o CECEF35CEI.

- Este Regimento Interno foi apreciado e aprovado em Assembléia Geral do Conselho Escolar do Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia, cuja ata foi lavrada em livro próprio e os presentes assinaram o livro de presença.

Para tanto a UE desenvolve os seguintes projetos:

Projeto	Objetivos	Principais Ações
Consciência Negra	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância da contribuição cultural dos afrodescendentes na formação do povo brasileiro; • Refletir sobre questões raciais; • Promover o debate sobre a violência racial e a violência de gênero contra mulheres negras; • Reconhecer a historicidade do dia da Consciência Negra; • Reconhecer, respeitar e valorizar os indivíduos em suas diversidades coletivas e individuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Propor pesquisas e debates sobre a participação da população negra na formação econômica, cultural, política e social do Brasil; • Organizar eventos culturais, os quais promovam o reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira, com destaque para cultura afrodescendente.

3. Projetos Interdisciplinares

Projeto	Objetivos	Principais Ações
----------------	------------------	-------------------------

<p>Jogos Interclasses.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a prática esportiva e interação entre a comunidade; • Possibilitar aos estudantes a participação em práticas que lhes permitam ampliar conhecimentos e capacidades expressivas em manifestações corporais, identificando nessas práticas seus benefícios fisiológicos e psicológicos e suas possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar times de cada uma das turmas nas modalidades futsal, queimada, atletismo, masculino, feminino e misto; • Confeccionar tabela de competições; • Preparar, organizar e apresentar as regras específicas de cada modalidade; • Conduzir as competições; • Premiar equipes campeãs; • Pensar em estratégias para a realização do interclasse mesmo no cenário de pandemia.
<p>Projeto de Leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplar o trabalho com gêneros textuais, articulando oralidade, leitura/escuta, escrita/produção textual, análise crítica, visando desenvolver o letramento; • Desenvolver • Melhorar a capacidade de interpretação; • Aprimorar a escrita; • Aperfeiçoar • Implantar a SALA DE LEITURA VIRTUAL para atender a demanda nas modalidades presencial, remota e híbrida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a leitura e produção de gêneros textuais diversos; <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a participação em jornais e murais; • Ler e encenar peças teatrais; • Fazer releitura e reescrita de textos variados; • Fazer resumos e fichas literárias; • Trocar correspondência; • Compartilhar experiências literárias; • Promover e divulgar o acesso à Sala de Leitura Virtual; • Ofertar oficinas de leitura e escrita de poesias a partir das autoras do

	<ul style="list-style-type: none"> • Despertar e desenvolver o interesse pela leitura e escrita de poesias a partir do Programa Mulheres Inspiradoras; • Proporcionar e incentivar o acesso a links de acesso a bibliotecas virtuais adaptados para leituras remotas ou offline. 	<p>Programa Mulheres Inspiradoras, de autoria da professora Gina Albuquerque;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar e colocar disponível por meio da Plataforma/Grupo Zap acesso a bibliotecas escolares remotas.
<p>Projeto Interventivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver meios para que os estudantes do ciclo tenham qualidade no ensino-aprendizagem; • Proporcionar instrumentos alternativos no processo de ensino-aprendizagem como intuito de sanar as dificuldades relacionadas a habilidades e competências esperadas em cada bloco, bem como de minimizar as defasagens nas aprendizagens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promove, com acompanhamento sistemático, o Projeto Interventivo e os Reagrupamentos previstos nas Diretrizes Pedagógicas para Organização do 3º Ciclo, visando o alcance das aprendizagens propostas e o avanço nos estudos; • Utilizar diferentes procedimentos e instrumentos avaliativos, que perpassem todo o processo; <p>Executar intervenções didático-pedagógicas, conforme as dificuldades levantadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades no contraturno, mediada pelos professores.
<p>Salas Ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar o processo de ensino-aprendizagem; • Evitar a de predação do patrimônio; • Democratizar o espaço escolar; Engajar os estudantes nas disciplinas tendo em vista sua 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar a identidade das salas (disposição dos recursos e dos mobiliários) de acordo com a intenção pedagógica de cada disciplina, de maneira a permitir uma maior interatividade dos estudantes e favorecer o aprendizado; • Envolver os estudantes na

	<p>contribuição para a identidade visual da sala.</p>	<p>construção dessa identidade visual por meio da exposição de sua produção e da apresentação de trabalhos.</p>
<p>Projeto VEM VIVER</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver habilidades sociais e de autogestão, especialmente quando aplicadas ao contexto familiar; • Aprender habilidades para não se envolver em casos de violência; • Aprender a reconhecer casos de violência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar as ações do Projeto nos quatro anos do 3º Ciclo de Aprendizagem; • Promover sessões de escuta com os alunos; • Promover encontros para as atividades do projeto; • Promover a ludicidade durante os encontros deste projeto.
<p>Laboratório de informática</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aliar recursos tecnológicos e ensino de forma a promover as aprendizagens; • Capacitar estudantes, profissionais da educação e pais no uso de recursos tecnológicos em variados contextos sociais; • Promover o letramento digital nos estudantes; • Promover a autonomia dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implimentação do laboratório de informática; • Requisição, junto à SEEDF, de um profissional capacitado para atender o laboratório de informática; • Promover atividades integradas entre o laboratório de informática e as diversas disciplinas do currículo de forma interdisciplinar; • Promover oficinas que contemplem estudantes, pais e profissionais da educação; • Promover projetos que auxiliem os estudantes no desenvolvimento da autonomia de seu próprio processo de aprendizagem.

4. Projeto de Transição entre Etapas e Modalidades

Projeto	Objetivos	Principais Ações
Transição	<ul style="list-style-type: none">• Recepcionar e ambientar os novos alunos da escola provenientes das Escolas Classe;• Propiciar o acolhimento e a adaptação dos estudantes dos 9º anos nas escolas sequenciais;• Promover o intercâmbio de informações com os Institutos Federais para possível ingresso de nossos estudantes de 9ºs anos nas instituições supracitadas.	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar, por meio de palestra e/ou visita, o espaço físico e os projetos da escola, bem como explicar as regras de funcionamento aos novos estudantes, ambientando-os;• Proporcionar a vivência de um dia de aula para os alunos das Escolas Classe das quais somos escola sequencial;• Promover vivências para os alunos de 9º anos nas escolas de Ensino Médio sequenciais;• Realizar visitas, palestras e discussões juntos aos Institutos Federais com os estudantes dos 9ºs anos.

5. Relação escola-comunidade

Acreditamos que a escola deve acolher e servir a comunidade, estabelecendo vínculos com os quais propiciem uma participação ativa e consciente; proporcionem diálogos éticos; e conduzam à corresponsabilização dos sujeitos no processo ensino-aprendizagem, visando garantir o acesso, a permanência e formação integral dos estudantes. Para tanto buscamos envolvê-la na escola por meio dos projetos desenvolvidos, da construção da proposta pedagógica e de momentos como reuniões, festas, exposições e o conselho de classe participativo. Destaca-se a importância do compromisso de professores, funcionários, pais e estudantes para o sucesso da Proposta Pedagógica.

6. Orientação Educacional

A escola não dispõe de SOE no ano de 2023.

7. Sala de Recursos Generalista

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) refere-se a sala de recursos, onde são desenvolvidas ações pedagógicas e de acessibilidade aos estudantes com Deficiências ou Transtorno do Espectro Autista inseridos em turmas comuns, com o objetivo de eliminar as barreiras sociais, psicológicas, atitudinais, físicas, dentre outras que possam impedir a educação cidadã (Resolução nº01/2017 C.E.D.F.) Apoio ao professor regente no auxílio à produção das adequações curriculares propostas ao estudante, por meio da conscientização e elaboração de atividades diferenciadas além de sugestões e trocas de experiências.

A Sala de Recursos também promove ações de conscientização da comunidade escolar em relação à estudantes ENEE na UE. São realizadas diversas atividades para que a inclusão desses estudantes ocorra com qualidade, apesar de termos ainda muitas dificuldades e limitações para que isso ocorra de forma plena.

Sala de Recursos Específica (Deficiência Visual)

Profissionais da Sala de Recursos Específica de Deficiência Visual:

- Dorilene Freitas de Oliveira Matrícula: 204006-9;
- Edgon Silva Marciel Matrícula: 220622-6;
- Heraldo Henrique de Carvalho dos Anjos Matrícula: 220358-8;
- Tiago Ribeiro Alves Matrícula: 246574-4

INTRODUÇÃO:

A educação inclusiva se baseia em uma educação para todos, para isso é essencial que a escola tenha a participação de todos os alunos com ou sem deficiência, família e membros da escola, porém mesmo com todos envolvidos é preciso que tenhamos na escola pessoas especializadas, no caso um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE – DV). O funcionamento da sala multifuncional de DV tem como Polo o Centro de Ensino Fundamental 35 e atende todas as escolas de Ceilândia incluindo Anos Finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio. A sala

tem a participação de envolver a todos com respeito apesar das diferenças proporcionando as escolas a igualdade e acessibilidade.

OBJETIVO GERAL:

- Desenvolver parceria entre professores de classe regular e demais membros da escola com o professor de AEE específico ao DV.
- Estabelecer estratégias de ensino e recursos para os alunos cegos, baixa visão e monocular;
- Integrar os demais alunos da escola com os alunos cegos, baixa visão e monoculares.

JUSTIFICATIVA:

Com base nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e nos princípios de uma escola em que cada estudante tem a possibilidade de aprender a partir de suas aptidões e capacidades, este plano de ação visa estabelecer um trabalho de inclusão de pessoas cegas, com baixa visão ou monoculares, tendo o atendimento de AEE com grande apoio para a classe regular de ensino envolvendo toda a equipe gestora, professores da sala regular, da coordenação pedagógica, dos monitores e do CEF35 no processo de socialização e de aprendizagem, tendo a sala multifuncional um apoio que dá os subsídios para o professor das classes normais.

O trabalho se justifica pela necessidade existente das escolas de terem um profissional especializado nesses atendimentos sobretudo em escolas que possuem alunos com deficiência visual para que se construam materiais específicos para esses alunos como transcrição da escrita em Braille, e material didático tendo o conteúdo que pode ser manuseado e confeccionado para uso tátil, como também a produção de material em áudio para os alunos, recurso muito utilizado no trabalho remoto.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer os estudantes e a escola verificando suas necessidades;
- Trabalhar a questão da cegueira com os professores orientações e informações pertinentes;
- Estabelecer e preparar a sala de AEE no Polo e na escola;
- Buscar recursos para a sala de AEE;
- Identificar e estabelecer formas de minimizar as barreiras físicas;

- Identificar ambientes da escola com identificações táteis;
- Integrar todas as turmas da escola na confecção de materiais táteis;
- Fazer passeios de reconhecimento da escola com alunos cegos;
- Trabalhar com recursos de leitura e escrita Braille;
- Preparar e modificar matérias escritas para forma Braille;
- Confecção do alfabeto Braille;
- Conforme o Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008, os objetivos do AEE

são: I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos no Artigo 1º, com este objetivo será apresentado um Projeto para Desenvolvimento de Atividades Pedagógicas Acessíveis para Estudantes com Deficiência Visual, com o professor do Projeto Wesley Pereira da Silva realizado no Polo no Centro de Ensino Fundamental 35. Descrição do projeto: Neste projeto, apresentamos uma proposta de desenvolvimento de Atividades Pedagógicas Acessíveis para estudantes com deficiência visual e a criação e implementação de um website com o objetivo de organizar tais atividades de forma acessível na internet. Objetivando a utilização de ambientes de criação com licença livre, com código aberto, optamos pelo uso do Sistema Dosvox e também do uso de uma impressora 3D. Acreditamos que a proposta pode caminhar junto com a formação continuada dos professores, de modo a ampliar o alcance das ações pedagógicas promotoras da Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

METAS:

- Espera-se que os educadores desenvolvam a solidariedade e flexibilidade para responder aos desafios de apoiarem os alunos com deficiência visual na participação da escola, com o compromisso de fazer o ensino inclusivo acontecer com espontaneidade, trabalhando em equipes, desenvolvendo novas habilidades e promovendo uma educação de qualidade a todos os alunos.
- Que os nossos alunos com deficiência visual possam ter uma melhor integração e participação ativa nos espaços da escola e mobilidade pelos ambientes escolares, porém uma das maiores dificuldades é o preconceito expressa muitas vezes pela superproteção ou negligência.
- Que as escolas possam estar preparadas para receber os alunos com Deficiência Visual, pois em sua maioria não estão preparados e não apresenta uma escola com acessibilidade.
- Espera-se que as escolas adquiram recursos para os alunos como: reglete, máquina de escrever em Braille, computadores com softwares específicos, para que nossos

alunos não se tornem apenas um ouvinte em sala de aula, sem autonomia para fazer suas próprias atividades.

METODOLOGIA:

➤ A inclusão de alunos com baixa visão e cegueira tem grande potencial de se desenvolver apesar de suas limitações, o professor de AEE tem um grande papel na educação e na formação do aluno como cidadão ativo, cabe ao professor avaliar as necessidades e as possibilidades de intervenção bem como planejar as ações junto às famílias e a escola, e intermediar todo o processo de construção do Braille na escola.

➤ O professor de AEE deve buscar recursos para ajudar os alunos com baixa visão como auxílios ópticos, não ópticos, auxílios de ampliação, eletrônica e de informática, iluminação, contrastes, ampliação entre outros como materiais de uso diário como canetas e lápis especiais, pauta ampliada etc.

➤ Além do contexto relacionado à busca de recursos materiais, desenvolvimento da leitura e escrita o professor de AEE deve procurar a acessibilidade da escola para que o aluno com deficiência visual possa estar em um ambiente sem riscos e usufruindo de todos os espaços, podendo conviver com as demais pessoas de maneira igualitária.

➤ O professor de AEE deve em um primeiro momento identificar as dificuldades apresentadas pelo aluno avaliando possíveis intervenções a serem feitas no ambiente escolar buscando recursos juntamente com a escola no caso da acessibilidade, além de recursos didáticos e material em Braille, por ter conhecimento específico na área da inclusão promover diálogo e discussões à cerca da deficiência visual como formação dos professores, preparação da sala multifuncional e sua implementação na escola.

➤ Durante o andamento das aulas o professor de AEE trabalhará com o aluno separadamente para que ele aprenda a desenvolver a escrita e leitura Braille, em um segundo momento ele fará a transcrição do material didático a ser usado pelo aluno durante a aula regular, para isso é essencial que a escola disponha de recursos como reglete, máquina de escrever Braille, além do auxílio de softwares, é muito importante que o aluno reconheça o ambiente escolar onde o professor de AEE poderá fazer passeios com o aluno para desenvolver sua autonomia no ambiente.

➤ Todas as atividades realizadas com o aluno devem ter o apoio do professor da sala normal onde buscarão estratégias de elaboração de materiais a serem usados pelo aluno em forma de recursos táteis para que fique em exposição e contato do conteúdo com a

sua forma prática, como por exemplo, maquetes, mapas táteis etc.

➤ O professor de AEE terá papel fundamental na escola e desenvolverá as devidas modificações quando necessário, devendo estar em constante avaliação todo o contexto escolar envolvido na educação do aluno.

CRONOGRAMA:

➤ O objetivo é que as metas e as ações ocorram durante todo o ano letivo de 2023.

➤ O projeto da Impressora 3D está sendo em prática desde o segundo semestre de 2021.

□

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao realizar o plano de ação observaram-se inúmeras necessidades existentes nas escolas devendo adequá-las para que ocorra realmente a educação para todos, onde o aluno com deficiência visual se sinta parte integrante da escola e tenha sua cidadania garantida, onde o professor de AEE possa transmitir conhecimentos aos demais e integrá-los de forma consciente no processo educacional inclusivo.

8. Profissionais de Apoio Escolar

Os profissionais readaptados e com restrições para regência trabalham em conjunto com os diversos setores da escola, respeitadas suas limitações e restrições, contribuindo como apoio na realização de tarefas diversas e execução dos Projetos desenvolvidos pela escola.

Os monitores acompanham os estudantes ANEs, auxiliando esses durante as aulas no intuito de facilitar as aprendizagens, bem como otimizar a feitura de tarefas, provas e trabalhos escolares.

Metodologias de Ensino Adotadas

Em 2023, a escola irá trabalhar com temas diversificados. Esses temas serão contemplados nos Projetos Interdisciplinares. As escolhas dos temas serão feitas de forma coletiva, objetivando uma construção cidadã de nossos educandos. A escola segue os documentos norteadores da SEEDF em relação à avaliação. Iremos priorizar, em 2023, as avaliações para as aprendizagens e os projetos que serão desenvolvidos ao longo do ano, buscando-se as melhores intenções para se

avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver.

A seguir, apresentamos alguns instrumentos avaliativos usados por nossa escola:

a) Avaliação formativa: que parte da construção diária do aluno e avalia o educando como um todo em suas habilidades e competências adquiridas. Assim, a avaliação é contínua respeitando as individualidades de cada aluno. Devem buscar o sentido global do processo utilizado pelo professor em sala de aula, ela deve ser o substrato da educação. No processo avaliativo, o professor deve ter como base os objetivos pré-definidos durante o processo de aprendizagem. Dessa forma, não podemos apenas medir o conhecimento e sim buscar junto aos alunos seu real desempenho.

b) Avaliação coletiva: consiste em realizar as atividades em dupla, trios ou grupos pré-programados pelos professores com o intuito de incentivar o trabalho coletivo e a cooperação.

c) Prova Multidisciplinar e testes: elaboradas pelos professores com o tema escolhido, a ser desenvolvido ao longo do bimestre em cada um dos componentes curriculares. Além disso a critério de cada professor, podem ser aplicados testes específicos de cada disciplina.

d) Seminários: os critérios de avaliação devem ser construídos com os estudantes e colocados no plano de aula bimestral do professor.

e) Avaliação diagnóstica: no início do ano para analisar os conhecimentos dos alunos do ano anterior e precisar as dificuldades encontradas por eles, com intuito de planejar ações que possam diminuir essas dificuldades e fazer o nivelamento da turma.

Plano de Ação da Coordenação Pedagógica

Na rede pública de ensino do Distrito Federal a Coordenação Pedagógica é pensada como um espaço/tempo institucionalizado de desenvolvimento profissional e melhoria do processo ensino-aprendizagem e tem por finalidade: Art. 119. [...] planejar, orientar e acompanhar as atividades didático pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico, promovendo ações que contribuam para a implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação em vigor. (REGIMENTO ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, 2015). Regulamentada por meio da Portaria nº 29 de 06 de fevereiro de 2006, que assegura aos profissionais na escola espaços e tempos em que se podem discutir o planejamento, refletir sobre o trabalho pedagógico e reorganizá-lo visando à qualidade dos serviços prestados, a realização da coordenação pedagógica também é atribuída como responsabilidade do Coordenador Pedagógico. Leia-se a redação vigente:

Art. 121º O planejamento e a realização da Coordenação Pedagógica Local são de responsabilidade dos integrantes da direção da instituição educacional, bem como dos coordenadores pedagógicos, com a participação da equipe de professores, em consonância com as 37 equipes de Coordenação Intermediária e Central. (DISTRITO FEDERAL, Portaria Nº 29 de 06 de fevereiro de 2006). Nesse contexto, o Coordenador o Coordenador Pedagógico deve: I – Elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de coordenação pedagógica na unidade escolar; II – participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional; III – orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular; IV - articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática; V - divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF; VI - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a coordenação pedagógica como espaço de formação continuada; VII - divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da unidade escolar; VIII – Colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar; (Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, Art. 120, 2015). Atualmente com o novo Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 5.105, de 03 de maio de 2013, considera-se: Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se: IX – Coordenação pedagógica: o conjunto de atividades destinadas à qualificação, à formação continuada e ao planejamento pedagógico que, desenvolvidas pelo docente, dão suporte à atividade de regência de classe. Art. 10º Ficam assegurados ao professor de educação básica, em regência de classe nas unidades escolares, os seguintes percentuais mínimos de coordenação pedagógica: I – trinta e três por cento para regime de trabalho de vinte horas semanais; II – trinta e sete e meio por cento para regime de trabalho de quarenta horas semanais. § 2º A distribuição da carga horária, bem como a sua alteração, o turno de trabalho e a coordenação pedagógica, são objeto de normas editadas pela Secretaria de Estado de Educação, devendo o período de coordenação pedagógica ser dedicado a atividades de qualificação, formação continuada e planejamento pedagógico. Diante disso, semanalmente, os professores terão três espaços/tempos de Coordenação Pedagógica na escola, sendo que uma coordenação coletiva com a 38 Direção e professores às quartas-feiras e duas coordenações individuais, no entanto, uma das coordenações

individuais poderá ser usada para sua formação continuada.

Plano de Ação da Conselho Escolar

O Conselho Escolar do CEF 35 encontra-se desfalcado, por essa razão, inatuante.

BIBLIOTECA ESCOLAR

Objetivos: Prover os estudantes com os livros didáticos fornecidos pelo PNLD/MEC vigente; Realizar o empréstimo de dicionários (Língua Portuguesa e Inglês/Português) de acordo com a necessidade de uso em sala de aula; Atender aos estudantes que desejarem ler durante os intervalos ou horários vagos; Fornecer material e orientar estudantes em pesquisas e realização de trabalhos solicitados pelos professores; Fornecer materiais (livros antigos, revistas, jornais, etc.) para recorte, mantidos especificamente para este fim, na modalidade de empréstimo; Incentivar a prática da leitura entre os nossos estudantes; Realizar empréstimo de literatura para leitura livre dos estudantes, em casa.

Ações: Entregar e recolher os livros didáticos e literários; Confecção de ficha individual para empréstimo de livros literários; Realizar o empréstimo de livros literários, receber e/ou cobrar a devolução dentro do prazo estipulado; Organização e divulgação do acervo da Biblioteca; Catalogação de todos os livros existentes na Sala de Leitura; Supervisão e assistência aos estudantes nos trabalhos requisitados pelos professores; Divulgação do acervo da Biblioteca na sala de aula;

Metas: Elevar o desempenho acadêmico dos estudantes; Revitalizar o espaço físico e o acervo bibliográfico; Manter registro atualizado e organização de todos os livros existentes no acervo, com informações que possibilite a sua localização em qualquer tempo; Incentivar o gosto pela leitura; Despertar a curiosidade para os diversos gêneros textuais; Valorizar o leitor. **Indicadores:** Análise crítica do acervo existente; Empenho do estudante na realização de estudo e pesquisa propostas pelos professores; Informalmente, considerando a procura, o interesse e a participação da comunidade escolar nas atividades sugeridas; Informações, diálogos, críticas e sugestões nas coordenações coletivas; Observação das críticas positivas e negativas da comunidade. **Prazos:** Entrega do livro didático (PNLD): no início do ano letivo. Recolhimento do livro didático (PNLD): no encerramento do ano letivo. **Outras atividades:** no decorrer do ano letivo, de acordo com necessidades/solicitação dos professores e/ou livre escolha do estudante.

Recursos Necessários: Sala destinada à guarda do acervo didático e literário da escola; Mobiliário

(prateleiras, balcão, etc.) para disposição dos livros de forma acessível aos estudantes e professores; Mesas e cadeiras para uso do estudante no momento de leitura livre e/ou pesquisa e execução de trabalhos acadêmicos; Mesas de trabalho para uso dos profissionais atuantes no setor; Fichas individuais para cadastro e registro do empréstimo de livros aos estudantes; Computador para registro do acervo, das atividades e eventuais pesquisas na Internet. Responsáveis: Simone da Conceição Marques e Francisca Lúcia Alves de Araújo.

Estratégias de Valorização e Formação Continuada dos Profissionais de Educação

Durante as Coordenações Individuais e Coletivas, a equipe pedagógica buscará capacitar e informar aos professores sobre os fatos que vêm sendo relevantes dentro da SEEDF, bem como transformar essas coordenações em momentos de aprendizagem e partilha de conhecimentos mútuos. Nossa relação com a comunidade escolar é feita por meio de reuniões bimestrais, através de conselhos participativos, em que a cada bimestre é reservado de dois a três dias na semana. Esse conselho acontece da seguinte forma: todas as turmas são distribuídas em três dias da semana sendo reservada 1 hora para cada turma, os professores e responsáveis têm a oportunidade de debater sobre a prática pedagógica, além dos problemas e soluções presentes em cada turma, essa sistemática corre sempre nos 03 primeiros bimestres, já no 4º bimestre procede-se apenas com a entrega do resultado e os conteúdos de recuperação final. É de grande importância a presença do responsável juntamente com o estudante. Quando se faz necessário, os pais são convocados para reuniões extraordinárias que visam melhorar e apontar problemas enfrentados pela Escola e traçar estratégias para solucioná-los.

VI – PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM

A avaliação merece destaque, pois diz respeito a um processo amplo e abrangente que envolve todos os sujeitos e ações do fazer pedagógico.

Diagnóstica motivacional, a avaliação deve servir ao professor como ferramenta não só para medir o avanço do aluno, mas também para avaliar seu próprio desempenho enquanto profissional. Deve incentivar o estudante a refletir e melhorar, por meio da auto avaliação, e a participar efetivamente de seu processo avaliativo.

Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades no âmbito escolar,

principalmente na relação professor-estudante e no tratamento dos conhecimentos trabalhados em sala de aula. Portanto, a mediação do professor é essencial para a construção do conhecimento.

Com a implementação dos ciclos para a aprendizagem, os estudantes são avaliados por meio de conceitos e menções. Os que alcançarem entre 90% e 100% receberão a menção AE – Alcançou com Êxito o objetivo da disciplina; se ficarem entre 70% e 90% a menção será A – Alcançou; entre 50% e 70% a menção é AP – Alcançou Parcialmente; e os alunos abaixo de 50% têm a menção ANA – Ainda não Alcançou. Os alunos que evadiram receberão a menção ONT – Objetivo não trabalhado.

Para o sucesso da avaliação é fundamental ministrar aulas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências e avaliar dentro do mesmo foco, utilizando registros diversos, trabalhos e os eixos integradores propostos no Currículo em Movimento. Deve estar claro para aquele que avalia que também é parte integrante desse processo, uma vez que foi o responsável pela mediação do ensino e da aprendizagem.

1. Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação

A escola sugere que os professores dividam a nota entre avaliações formativas e avaliações de aprendizagens, cada uma com a metade da nota. A escola também adota a Avaliação Multidisciplinar (uma por bimestre), correspondente a 30% da nota final, incluído nos pontos de avaliações de aprendizagens. Os projetos desenvolvidos na escola também podem ser pontuados valendo entre 10% e 20% da nota, incluído nas avaliações formativas. As demais pontuações, cerca de 50% a 60%, estão à disposição do professor para trabalhar da forma como o convier, conforme a divisão entre as avaliações formativas e de aprendizagens.

Os alunos que alcançarem pelo menos 50% da pontuação são considerados aprovados na disciplina no bimestre. Os discentes que apresentam um aproveitamento menor são encaminhados para as recuperações e intervenções pedagógicas.

Em conformidade com o cenário de ensino remoto, os alunos serão classificados nos conceitos apto, não apto e não localizado (ABA).

Recuperação Continuada

A partir dos processos de avaliação formativa e contínua, o docente detecta e intervém na dificuldade do educando o mais precocemente possível. Esta mediação acontece diariamente, em

sala de aula, mas também pode ocorrer no contra turno, com estratégias diferenciadas para pequenos grupos (Projeto Interventivo).

Os discentes com menção ANA, após participarem das intervenções pedagógicas, terão a oportunidade de realizar novas avaliações com o objetivo de se averiguar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, atendendo às demandas das modalidades de ensino regular, remota e/ou híbrida.

Conselho de Classe

Com vistas a fortalecer o exercício da gestão democrática em nossa escola, realizamos, ao final de cada bimestre, um Conselho de Classe Participativo. Nesse momento, são analisadas não só as aprendizagens obtidas pelos estudantes, pensando-se em uma reorganização da prática docente e possíveis intervenções, mas todo o trabalho pedagógico desenvolvido ao longo do bimestre. Ouvimos e avaliamos todos os segmentos da comunidade escolar, visando nos realinhar e traçar estratégias para melhorar nossa *práxis*. Após esse conselho, acontece a reunião de pais e/ou responsáveis.

Avaliação Institucional

A avaliação institucional não deve estar focada somente no aprendizado do estudante ou o que é produzido por ele. Avaliar professores, gestores, programas de ensino, estruturas de ensino, ou seja, todo o processo envolvido na comunidade. A avaliação institucional deve ser entendida como um processo de libertação escolar, um processo de aprendizagem e crescimento que orienta nossos programas de políticas educacionais para o aprimoramento necessário. A prática avaliativa tem a responsabilidade de focar no desenvolvimento do estudante sem necessariamente ignorar a qualidade, que por sua vez é o termômetro do professor para a autoavaliação, ou seja, a avaliação se materializa em múltiplas ferramentas e, portanto, precisa ser perpetuada, o que significa garantir que o processo avaliativo desenvolvido pelo usos das escolas A relação lógica entre as diversas ferramentas, sempre buscando a coerência pedagógica entre ela e os procedimentos pedagógicos que esses professores planejam e utilizam como projeto político-pedagógico da própria instituição. No CEF35, avaliamos nossa prática pedagógica constantemente através de questionários aplicados aos pais, professores, profissionais da carreira assistência e estudantes. A partir dos resultados obtidos, fazemos uma reflexão e buscamos estratégias para a melhoria das situações apontadas como insatisfatórias pelas pessoas envolvidas no processo de avaliação. Os pais dos nossos estudantes têm uma relação muito próxima da equipe gestora e sempre nos auxilia na identificação

de alguns problemas pedagógicos.

VII – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Segundo Vasconcellos(1995, p.38), a Proposta Pedagógica necessita acompanhamento sistemático para que se possa verificar se o planejamento está adequado, quais os objetivos que foram atingidos, quais as metas que não foram alcançadas e quais ações precisam de redirecionamento. Assim, o acompanhamento é um instrumento que objetiva enfrentar os desafios cotidianos, de forma refletida e participativa.

Este PPP começou a ser aplicada no início do ano letivo de 2022 e continuará no decorrer do mandato da atual direção. Levando em consideração que é dinâmico e flexível, poderá sofrer alterações em relação a sua versão original para melhor adaptar-se às rotinas de trabalho da escola. O Projeto será continuamente reavaliado, sempre que uma das ações propostas for aplicada, utilizando as coordenações por área e coletivas e/ou reuniões previamente marcadas. O grupo de professores, pais, estudantes, direção e demais funcionários poderá discutir sobre os resultados obtidos, analisando, propondo mudanças e fazendo encaminhamentos que julgarem necessários. Tais procedimentos deverão constar em ata, sendo registrados para posterior alteração no teor do PPP, conforme aprovação da maioria dos envolvidos.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os componentes curriculares obrigatórios ao Ensino Fundamental estão organizados em relação às áreas de conhecimento, sendo articulados em uma perspectiva de unidade, progressividade e especialização, vinculados diretamente à função social. Os conteúdos foram organizados de acordo com o documento Currículo em Movimento do Distrito Federal, 2ª edição de 2018. Os professores se reuniram de acordo com as disciplinas, compondo assim o Primeiro e Segundo Bloco. Organizaram os conteúdos e objetivos, de acordo com a realidade de nossa escola, priorizando uma sequência que favoreça a aprendizagem de nossos alunos. Os conteúdos foram divididos em quatro bimestres, adequando os objetivos a cada conteúdo correspondente, buscando uma maior ênfase nos objetivos 43 propostos. Esse encontro permitiu aos professores um momento de discussão para a escolha de estratégias e ações para o decorrer do ano letivo. Os eixos transversais do Currículo em Movimento (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade) são trabalhados dentro do planejamento dos objetivos e conteúdo de cada disciplina, nos Pl's (Projetos Interdisciplinares) e nos projetos organizados pela escola.

XII. PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Reduzir a taxa de reprovação abaixo de 10%, reduzir a evasão escolar a menos que 5%. Reduzir a taxa de estudantes transferidos a menos de 5%. Incentivar e planejar ações de inclusão dos estudantes ANEE's e TDAH para que nossos alunos se sintam 80% acolhidos pelos colegas. Fazer a revisão do PPP anualmente, com participação da comunidade escolar. Construção do calendário bimestral com toda a comunidade escolar, para que a participação seja mais efetiva. Incentivar e planejar ações que visem melhorar o rendimento dos estudantes em todos os componentes curriculares. Incentivar e planejar ações que visem implantar uma cultura de sustentabilidade na escola. Aumentar a participação da escola nas avaliações externas em 80%. Objetivo das metas: Desenvolver um trabalho mais próximo aos pais por meio de convocação individualizada e no contato direto com os professores durante coordenações individuais e durante a participação direta dos conselhos nas reuniões bimestrais; Durante o ano letivo, desenvolver diversas atividades para que os estudantes sejam levados a refletir sobre o respeito as diferenças entre as pessoas. Manter funcionando a Sala de Leitura espaço criado para que os estudantes possam pegar livros, gibis, jornais etc. Construção do calendário próprio de nossa escola nas coletivas com a sempre durante as Reuniões Coletivas. O calendário é distribuído via e-mail para todo o grupo de professores e demais servidores envolvidos no processo educacional

VIII– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge: leitura e diálogos em torno de uma obra. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2004.284p. (Casa de Palavras).

BRASIL. Ministério da Educação. 2018. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 08.mar.2020

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03.mar.2020.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03.mar.2020

BRITO, L.P. L. *Asombra do caos: Ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1997.

DE ANDRÉ, M.E.D.A. & Passos, L.F. Avaliação Escolar: Desafios e Perspectivas. In: De Castro, A.D.& Carvalho, A.M.P. (orgs.) *Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média*. São Paulo: Thomson Learning, 2001 (pp. 177-195)

KRASILCHIK, M. As relações pessoais na escola e a avaliação. In: De Castro, A.D.& Carvalho, A.M.P. (orgs.) *Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média*. São Paulo: Thomson Learning, 2001 (pp.165-175)

LACUEVA, A. La Evaluación En La Escuela: una ayuda para seguir aprendiendo .*Revista da Faculdade de Educação*.v. 23n.1-2 São Paulo Jan./Dez. 1997.

LAFOURCADE, P.D. *Planejamento e avaliação do ensino: teoria e prática da avaliação do aprendizado*. Tradução de Maria Carneiro da Cunha. São Paulo: IBRASA, 1980. Macedo, H. Avaliação Escolar.

MOURA, Dácio Guimarães de, BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com Projetos –planejamento e

gestão e projetos educacionais. 247 p. 2ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.

PELLEGRINI, D. Avaliar para Ensinar Melhor. *Revista Nova Escola*, Janeiro/Fevereiro, 2003.

PROGESTÃO: Programa de capacitação a distância para gestores escolares: como gerenciar o recurso financeiro? /Brasília: CONSED, 2001.109p. (Caderno de Estudo; Módulo VI).

PROGESTÃO: Programa de capacitação a distância para gestores escolares: como gerenciar o recurso financeiro? /Brasília: CONSED, 2001.120p. (Caderno de Estudo; Módulo II).

PROGESTÃO: Programa de capacitação a distância para gestores escolares: como gerenciar o recurso financeiro? /Brasília: CONSED, 2001.137p. (Caderno de Estudo; Módulo IX).

RIVAIL, Hippolyte Leon Denizard. Textos pedagógicos, Tradução de Dora Incontri. 150p. 1ªed. Bragança Paulista-SP: Comenius, 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Porque Avaliar? Como Avaliar? Critérios e Instrumentos*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, A.V.; Pellegrini, D.& Guimarães, C. Avaliação: O Check-Up do ensino. *Revista Nova Escola*, Agosto, 1997.

SEEDF. Currículo em Movimento das Escolas Públicas do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf>. Acesso em: 02. mar. 2020

Currículo em Movimento das Escolas Públicas do Distrito Federal: Pressupostos teóricos. Disponível em: <<https://issuu.com/sedf/docs/1-pressupostos-teoricos>>. Acesso em: 02. mar. 2020

VASCONCELOS, Eduardo Alcântara de (1993). Agrupamento de Escolas Rurais: Alternativa para o Impasse da Educação Rural? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 86.65-73.

LINKS PARA CONSULTAS

Publicações SEEDF

<http://www.se.df.gov.br/publicacoes/>

Diretrizes

<http://www.se.df.gov.br/diretrizes-pedagogicas-2/>

Regimento Escolar

<http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento-SEEDF-COMPLETO-FINAL.pdf>